

---

## RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL: PERSPECTIVAS E DISCURSOS PROTESTANTES

Elizete da Silva\*  
Marcos Oliveira de Queiroz\*\*

### INTRODUÇÃO

Atualmente, a grande imprensa tem frequentemente noticiado pastores e grupos religiosos envolvidos em episódios da política nacional ou local, bem como fatos negativos protagonizados por políticos de origem evangélica ou protestante. Neste artigo, pretendemos abordar a participação de alguns setores protestantes na política partidária contemporânea do Brasil, abrangendo o processo de redemocratização na década de 1980 e o golpe de 2016. O foco da análise é a trajetória de alguns parlamentares evangélicos da Igreja Presbiteriana, bem como da Igreja Assembleia de Deus.

O termo “protestante” ou “evangélico” nomeia os seguidores da Reforma Protestante, movimento religioso do século XVI, liderado por Martinho Lutero, Henrique VIII, João Calvino, U. Zwinglio e Thomas Munzer, questionando o catolicismo, em especial a autoridade papal e o papel da Igreja Católica na salvação dos fiéis. Foi um movimento plural, que se espalhou na Europa em torno dos seguintes princípios básicos: salvação apenas pela graça e fé em Deus, Cristo como um único mediador entre Deus e os homens, a Bíblia como regra de fé e prática e o sacerdócio universal dos cristãos. Já nos primórdios, luteranos, calvinistas, anglicanos, zuinglianos e anabatistas subdividiram-se em outros grupos.

Há uma diversidade de grupos no protestantismo brasileiro, classificados como: a) históricos: Anglicanos, Luteranos, Metodistas, Presbiterianos, Congregacionais, Batistas e Episcopais Anglicanos (século XIX); b) pentecostais: Congregação Cristã do Brasil e Assembleia de Deus, Igreja Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja O Brasil Para Cristo (1ª metade do século XX); c) neopentecostais: Igreja Universal do Reino de Deus, Maranata, Igreja Internacional da Graça de Deus, Avivamento Bíblico, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Sara Nossa Terra, dentre outras

---

\* Professora Titular Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana; Doutora em História Social; Coordenadora do Centro de Pesquisa das Religiões (CPR/UEFS). *E-mail*: cliosilva@yahoo.com.br

\*\* Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Membro do Centro de Pesquisa das Religiões (CPR/UEFS). *E-mail*: marcosoliveiraql@gmail.com

(década de 1970). Como país evangelizado por missionários estadunidenses, a influência do pensamento protestante dos EUA, tanto conservador quanto progressista foi intensa. “Os EUA é a utopia implícita do protestantismo brasileiro” (ALVES, 1979).

Trabalhamos na perspectiva da História Cultural e interfaces com a História das Religiões. Entendemos a religião como parte da cultura, desenvolvendo discursos, representações, apropriações e práticas (CHARTIER, 1990). Utilizamos o conceito de trajetória visando entender ações e atitudes de indivíduos (BOURDIEU, 1996). O conceito de campo religioso auxilia a análise das relações entre a religião e a política (BOURDIEU, 1979).

Do ponto de vista doutrinário, a distinção entre pentecostais e presbiterianos pode ser identificada nas seguintes práticas: os pentecostais batizam adultos por imersão, os presbiterianos realizam o batismo infantil por aspersão, ambos acreditam na doutrina da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, porém a forma de entender a atuação da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade é o ponto discordante. Para os pentecostais os dons do Espírito Santo são atuais e se renovam na vida cotidiana de cada fiel, diferentemente dos presbiterianos tradicionais, que apenas aceitam a atuação do Espírito, historicamente. Segundo o pastor Geziel Gomes: “as características principais da Igreja Pentecostal, todas elas estão consubstanciadas na atuação do Espírito Santo. Atuação bíblica livre e contínua” (GOMES, 1967, p. 9-10).

Em 2000, o número de assembleianos era de 8,4 milhões, sendo acrescido ao grupo, uma década depois, 3,9 milhões de novos membros. Segundo os números referentes ao censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 22,2% da população brasileira se declarou evangélica, isto é 42,3 milhões de brasileiros, e destes, 13,3% denominaram-se pentecostais, sendo 12.314.410 milhões representantes da Assembleia de Deus. A quantidade expressiva de fiéis representa um crescimento de 48% em 10 anos. A liderança pentecostal destaca que o seu crescimento quantitativo advém do poder divino e da aguerrida luta contra o pecado e as forças do mal. O protestantismo é plural não apenas do ponto de vista doutrinário, mas, também, em relação ao posicionamento político, discursos e práticas.

## A POLÍTICA COMO MISSÃO DIVINA

Com um forte caráter proselitista e opositor do catolicismo, o protestantismo, especialmente de origem missionária e pentecostal, como grupo religioso minoritário, se absteve da política partidária, seguindo o discurso de submissão às autoridades. Durante a República Velha, apenas um parlamentar protestante atuou na Constituinte de 1933, o metodista Guaracy Silveira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Apesar de se considerar um socialista-cristão entrou em discordância com o partido, tornando-se getulista (ALMEIDA, 2002).

Gradativamente os protestantes passaram a demonstrar interesses na política partidária e estavam empenhados em consolidar a ordem republicana contribuindo com práticas morais. As pautas políticas do protestantismo continuaram vinculadas aos problemas internos. Na legislatura de 1946, por exemplo, o destaque foi a polêmica sobre a entronização da imagem de Cristo nas Assembleias Legislativas. Em meio aos graves problemas sociais, o foco dos evangélicos continuava a ser a disputa com o catolicismo. Um fator determinante para a mudança do discurso sobre a política foi o crescimento numérico e os benefícios que poderiam auferir nas agremiações políticas. Seus vínculos com os udenistas ou pessedistas podem ser explicados pelo fato de comungarem com o anticomunismo desses políticos brasileiros (SILVA, 2010).

Em nível nacional eram poucos parlamentares evangélicos. Presbiterianos: Antônio Teixeira Queirós (pernambucano), Osny Fleury Silveira (paulista); Batistas: Augusto Nogueira Paranaguá, (piauiense, cujo genitor era Dr. Joaquim Paranaguá, senador da primeira legislatura da República), Alberto Stange Júnior, deputado capixaba do Partido Republicano Democrático (PRD), fundado em 1945 pelo pastor batista negro José de Souza Marques no Rio de Janeiro, o qual na década de 1960 foi eleito deputado constituinte pela Guanabara.

Na Bahia destacamos Pastor Ebénezer Cavalcante, advogado batista, eleito deputado estadual, em 1950, pela União Democrática Nacional (UDN) e o professor e pastor Basílio Catalá da Igreja Presbiteriana “comungando o anticomunismo dos políticos tradicionais udenistas. O eleitorado cativo eram os irmãos da própria comunidade religiosa” (SILVA, 2011, p. 41). Em Jaguaquara (BA), lançaram nas eleições de 1950, para a prefeitura, o professor e pastor batista Carlos Dubois, pelo Partido Social Democrático, opositor da UDN, que em Jaguaquara teve o candidato católico Dr. Menandro Menahim,

apoiado pelo clero e vencedor nas eleições (SANTOS, 2018). Eram evangélicos que faziam política como missão divina, uma forma de defender seus princípios doutrinários e fazer proselitismo.

## **PROTESTANTES ECUMÊNICOS E POLÍTICA NACIONAL**

Na primeira metade do século XX, o Protestantismo Histórico Brasileiro era composto por denominações estabelecidas, em busca de inserção na sociedade. Em 1934 fundaram a Confederação Evangélica do Brasil, porém a Denominação Batista e a Assembleia de Deus não participavam. Em 1958, os protestantes formavam um contingente de um milhão e seiscentos e noventa e cinco mil e oitocentos e setenta e sete fiéis. No ano seguinte, totalizavam um milhão e oitocentos e dois mil e duzentos e noventa e três seguidores espalhados em cinco mil e setecentos e doze templos, em todo o território nacional. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1960).

Um ponto de inflexão para a mudança da estrutura discursiva de segmentos do protestantismo brasileiro foi a criação do setor Igreja e Sociedade, em 1955, vinculado à Confederação Evangélica do Brasil e apoiado pelo Conselho Mundial de Igrejas. O grupo era liderado pelos presbiterianos ecumênicos Richard Shaull, Waldo Cesar e formado por várias denominações. Com uma proposta ecumênica e voltada para os problemas do país, realizou quatro conferências nacionais sobre a responsabilidade social da Igreja (SILVA, 2010). Impulsionava este setor a “necessidade imperiosa de se fazer estudos sobre as implicações da nossa fé no conturbado cenário nacional. Examinar a obra evangelizadora e social em face de aspectos inteiramente novos e revolucionários para a sociedade em que vivemos” (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1960, p. 1).

O Seminário Presbiteriano de Campinas e a União Cristã dos Estudantes do Brasil foram os principais irradiadores desse novo pensamento. Em 1952, o Reverendo Richard Shaull chegou a São Paulo, proveniente dos EUA, onde havia mantido laços estreitos com a neo-ortodoxia barthiana, que propugnava um pensamento teológico inovador: “teologia entre os jornais e a Bíblia”; teologizar a partir da realidade cotidiana do mundo. Os jovens encontraram em Shaull respostas para suas demandas, em torno do professor estadunidense formou-se um grupo, entre os quais faziam parte Rubem Alves, Celso Dourado, Jovelino Pereira Ramos, Áureo Bispo dos Santos e outros fora do seminário, como Waldo Cesar e Paulo Wright. (SILVA, 2010).

As novas gerações de protestantes buscavam intervir na sociedade brasileira. A União Cristã Evangélica do Brasil publicava boletins e livros, orientando os jovens no diálogo com a realidade nacional, marcada por crises e grande fermentação ideológica. Em 1953, publicou *O Cristianismo e a Revolução Social*, livro de autoria de Richard Shaull, que causou impacto entre os evangélicos. O objetivo da obra era responder ao desafio da expansão do comunismo frente ao cristianismo. Já na introdução, reconhecia o fracasso da Igreja diante do problema: “nós não temos nos preocupado com a luta em prol da justiça social nem pelo significado da crise de nosso tempo” (SHAULL, 1953, p. 8).

Como fruto do compromisso social, decidiram seguir o exemplo dos padres operários franceses e vários jovens, inclusive Shaull, passaram a residir na Vila Anastácio, reduto operário de São Paulo, tornando-se operários e trabalhadores braçais; exemplo do sociólogo Paulo Wright, filho de missionários presbiterianos, ex-aluno da Universidade de Ozarks, em Arkansas, posteriormente deputado e morto pela Ditadura Militar:

Em 1956, Paulo tira a sua Carteira de Trabalho na cidade de São Paulo. Profissão: servente. A sua determinação era viver a vida, o sacrifício, as alegrias e as dores de um trabalhador. Ele e mais alguns jovens da Igreja Presbiteriana, decidem vivenciar a experiência pregada por Richard Shaull e pelos padres operários franceses (WRIGHT, 1993, p. 25).

Os protestantes que formariam o setor ecumênico começavam a olhar a realidade brasileira criticamente e viam nos instrumentos políticos possibilidades de mudanças. Às vésperas das eleições de 1955, Waldo Cesar escreveu uma *Oração pelo Voto* que iniciava com a seguinte invocação: “Senhor, estamos vivendo dias verdadeiramente cínicos e tristes. Já não parece haver quem creia, não parece haver um só. Porque o prolongado tempo do cinismo, de mentira e mau governo, escondeu a face da verdade e da honra” (CESAR, 1954, p. 43).

A Denominação Batista e a Igreja Assembleia de Deus, com uma perspectiva mais conservadora, não participavam desse setor ecumênico e faziam críticas aos pastores que aderiram ao Conselho Mundial de Igrejas. Em oposição ao absentismo pietista que considerava a política como coisa do mundo e que a vocação protestante era a evangelização, os ecumênicos ofereciam uma nova perspectiva: “educar os evangélicos no sentido de considerarem a vocação política dos crentes como uma vocação nobre e digna

de estímulos” (RELATÓRIO DA II CONFERÊNCIA. CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL – CEB).

Em relação à Ditadura Militar de 1964, os protestantes tiveram dois posicionamentos: os que aderiram, pensando que os militares salvariam o Brasil do comunismo ateu, e os que se opuseram contra as arbitrariedades do regime, minoritários em seus grupos religiosos. Desde a Revolução Russa de 1917 os reformados caracterizavam o comunismo como ideologia diabólica. Condenavam o “ateísmo materialista” dos líderes comunistas os quais tinham como objetivo tirar Deus do coração da juventude. (SILVA, 2010).

Na Igreja Presbiteriana o anticomunismo foi um motivo para apoiar a Ditadura e razão para que alguns irmãos da própria comunidade delatassem outros membros vistos como progressistas ou ateus. (SILVA, 2010). Os pentecostais também condenavam o comunismo, alertando por meio do *Jornal Mensageiro da Paz*: “aos irmãos incautos, inocentes úteis e quinta coluna que os países comunistas apresentavam ao mundo uma liberdade religiosa de fachada, vigiada pela polícia política do estado ditatorial e ateuista” (MENSAGEIRO DA PAZ APUD ALMEIDA, 2020, p.173). A igreja *Presbiteriana do Brasil* cantava loas ao golpe militar que livrou o país do comunismo, do ateísmo e ao mesmo tempo denunciava os comunistas que deveriam ser expurgados, a exemplo do pastor João Dias de Araújo, denunciado como comunista pelo pastor Israel Gueiros (SILVA, 2010).

Com a transição pós-ditadura, alguns grupos evangélicos temiam a abertura política, pois os comunistas poderiam voltar ao cenário, bem como a Igreja Católica poderia voltar a ser hegemônica e dificultar o projeto expansionista da Assembleia de Deus. Em outras palavras: persistia o denominacionalismo e a disputa com o catolicismo. Nessa perspectiva, a Assembleia de Deus, enfaticamente, defendia a participação na Assembleia Constituinte de 1987, em defesa dos seus interesses:

elegeremos nossos constituintes para que assegurem nossa liberdade de anunciar a mensagem da cruz, para que sejam os porta-vozes proféticos da igreja ante os poderes constituídos. Porque não dizer, uma vez mais, ser a Igreja Católica a maior interessada em deter o avanço do Reino de Deus entre um povo tão sofrido e do evangelho tão carente?” (MENSAGEIRO DA PAZ, 1987, p.12).

## **FORMAÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA DO REVERENDO CELSO DOURADO**

O deputado constituinte Celso Loula Dourado nasceu em Irecê (BA) no dia 10 de junho de 1932. Filho de Ademar da Silva Loula e de Teonília Dourado Loula, era membro de uma família de tradição presbiteriana. Estudou no Colégio Manoel Conceição e posteriormente Teologia no Seminário Presbiteriano na cidade de Campinas. Celso Dourado, na década de 1950 foi aluno de Richard Shaull e participou da experiência de viver como trabalhador, enquanto fazia os estudos bíblicos sobre a realidade brasileira. Conforme seu relato:

Trabalhei como operário da Fábrica Alpargatas, convivi com a pobreza, saúde precária e todos os problemas dos trabalhadores, que me olhavam como estranho, diferente deles pois tinha bons dentes. Era romantismo, mas ao mesmo tempo foi uma experiência fantástica (DOURADO, entrevista à autora em 2007).

Depois de consagrado, Celso Dourado voltou à Bahia onde pastoreou a Igreja Presbiteriana de Campo Formoso. A sua primeira experiência partidária foi como edil. O reverendo Basílio Catalá, ex-deputado já citado, certamente foi seu incentivador em tornar prática as lições do Seminário e da juventude ecumênica. Tornou-se vereador na cidade baiana de Campo Formoso pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre 1961-1966. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965, participou da organização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado em 1964. Segundo depoimento de seu irmão Juracy Dourado:

Em 1964 recebi uma carta sua, depois do golpe militar, me lembro que você afirmava: “O Brasil atrasou o seu desenvolvimento em mais de 40 anos devido a este golpe”. Começava neste momento a sua participação política pela redemocratização do País, inclusive abrigando os perseguidos pela ditadura militar, a sua participação pelas DIRETA JÁ (DOURADO, 80 anos de vida bem vivida, 2012).

O deputado e Reverendo Celso Dourado participou ativamente dos comitês de Direitos Humanos e Anistia que existiram na Bahia, inclusive abrigando militantes clandestinos, a exemplo de Paulo Wright e outros filiados da tendência de esquerda Ação Popular (AP). Maria Liége S. Rocha, militante

do Comitê Baiano pela anistia, em depoimento sobre a atuação política da oposição, rememorou o apoio e participação do Colégio 2 de Julho, dirigido pelos presbiterianos ecumênicos:

O lançamento do livro *Anistia* no Colégio 2 de Julho, em Salvador, com a presença de Teotônio Vilela ... vários homenageados, ex-presos e ativistas da luta pela Anistia. O auditório estava lotado, com muitas pessoas querendo entrar e sem perder, ficando no pátio do Colégio até o fim da atividade (ROCHA, 2006, p. 262).

Professor Zilton Rocha, ex-deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, sublinhou a militância do deputado Celso Dourado pela redemocratização do Brasil:

[...] o 1º de maio, que foi proibido pelos donos do poder no momento, de ser realizado no Campo Grande. Novamente foi o 2 de Julho que franqueou seu campo de futebol para que o ato fosse realizado. Veio a campanha pelas Diretas Já! Quem hospedou o então senador gaúcho, Paulo Brossard, que veio fazer um debate sobre o tema em Salvador? Foi o Colégio 2 de Julho. (ROCHA, Celso Dourado, oitentão!, 2012).

Reverendo Celso Dourado foi eleito deputado Constituinte em 1986 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com uma brilhante atuação parlamentar, tendo recebido média 9,75 do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Votou favorável à reforma agrária e contra todas as propostas reacionárias do “centrão”. Foi considerado deputado nota dez, na segunda etapa, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 1988, p. 96).

Nos debates parlamentares da Assembleia Constituinte e votação de projetos, Dourado alinhava-se com os parlamentares progressistas e deixou claro que era evangélico, mas não representava a Igreja Presbiteriana e sim os seus eleitores; um posicionamento divergente do deputado Milton Barbosa, da Assembleia de Deus.

Derrotado na disputa pela reeleição 1990, desta vez concorrendo na legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Celso Dourado deixou a Câmara dos Deputados ao final da legislatura, em janeiro de 1991. Em 1997, foi nomeado secretário de Educação de Irecê. (CPDOC/FGV, 2009).

A Comissão Nacional da Verdade foi instituída pela lei 12.528, no governo de Dilma Rousseff, Partido dos Trabalhadores. Apurou os crimes da Ditadura Militar e contou na sua composição com participantes de órgãos protestantes, a exemplo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), representados nacionalmente pelo reverendo Anivaldo Padilha e na Bahia pelos reverendos Celso Dourado e João Dias de Araújo, da Igreja Presbiteriana.

## **FORMAÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA DO PASTOR MILTON BARBOSA**

A Assembleia de Deus no Brasil, fundada em 1911 em Belém do Pará, é considerada a maior denominação evangélica no Brasil e cresceu, exponencialmente, entre trabalhadores e a população afrodescendente. Conforme Leonard “Sua mensagem unida aos dons do Espírito Santo estender-se-á às classes que a Reforma tem frequentemente rejeitado após tê-las atraído” (LEONARD, 1988, p. 118). Na década de 1930, missionários assembleianos organizaram a Assembleia de Deus na Bahia, preocupando-se em atingir, através do Pentecostalismo, as camadas populares vinculadas às Religiões de Matrizes Africanas.

Igor José Trabuco Silva assegura que os evangélicos da Assembleia de Deus de Feira de Santana (BA), liderados pelo pastor Manoel Joaquim, já tinham na década de 1950 uma tentativa de atuação política partidária. Marcavam presença e espaço junto a grupos políticos e já pleiteavam cargos eletivos em Feira de Santana e na Bahia como um todo. Portanto, não podemos atribuir à Constituinte de 1986 a conscientização dos evangélicos para participarem dos arranjos políticos. Os pentecostais já tinham esse interesse na política, contudo, buscavam administrá-lo em meio às normas e doutrinas do grupo (SILVA, 2020).

As pesquisas demonstram que os pentecostais brasileiros ampliaram, exponencialmente, o número de suas congregações e membresia, permitindo que a densidade numérica se transformasse em capital eleitoral, conforme o jornalista da Assembleia de Deus e assessor parlamentar Josué Sylvestre, que escreveu uma brochura para incentivar a participação dos evangélicos na vida partidária do País, em 1986. Segundo Trabuco Silva:

A Constituinte foi importante em permitir o arranjo das forças evangélicas, através do *slogan* “irmão vota em irmão”, amplamente difundido nacionalmente com o assembleiano Josué Sylvestre. O que os pentecostais esperavam era oportunidades para atuar (SILVA, 2020, p.111).

O ex-deputado, Pastor Milton João Soares Barbosa, nasceu no interior baiano, na cidade de Itaberaba. Transferiu-se para Salvador, onde tornou-se pastor e ingressou na Faculdade de Direito na Universidade Católica, mas não concluiu o curso. Bem aceito na hierarquia assembleiana, Barbosa tornou-se apresentador do programa radiofônico *Cristo no Lar*, da Rádio Club de Salvador, um programa de grande audiência que deu visibilidade à Igreja Assembleia de Deus e à pessoa do seu radialista. Atualmente este programa radiofônico continua a ser realizado na Rádiovox, na cidade de Muritiba, no Recôncavo Baiano.

Nas pesquisas sobre o pentecostalismo no Brasil há vários relatos de conversão de pessoas, que foram atingidas pelas mensagens radiofônicas. Estudando o pentecostalismo em Salvador, Cláudio Almeida relatou o depoimento de uma senhora convertida às doutrinas pentecostais:

Um dia eu liguei a rádio, tarde da noite, num programa evangélico, e quem estava fazendo a pregação era o pastor Divaldinho Bento... aquela oração. Prosseguiu a nova assembleiana: era o que eu estava precisando... eu comecei a orar e pedia a Deus que tivesse misericórdia de mim, meu Salvador que mude minha vida, dali em diante eu já estou mudando (ALMEIDA, 2005, p. 8).

O uso dos meios de comunicação tem sido um aspecto importante tanto no crescimento dos assembleianos quanto da visibilidade dos políticos vinculados à Assembleia de Deus, em todo o País.

Na trajetória dos políticos assembleianos observamos que as atividades assistenciais realizadas pelo grupo religioso foram um trampolim muito eficiente para que pastores e leigos se lançassem na política partidária. O pastor Milton João Soares Barbosa foi presidente da Associação Beneficente da Assembleia de Deus em Salvador, organizada em 1952. As atividades assistencialistas eram oferecidas aos irmãos da comunidade religiosa, bem como a outras pessoas da sociedade em geral e tinham objetivos proselitistas.

A eleição do assembleiano Gerson Gomes em 1975 para vereador em Feira de Santana, ao lado do ex-prefeito Francisco Pinto e, posteriormente, aos prefeitos José Falcão da Silva e Colbert Martins da Silva filiados ao MDB, aplainou o caminho e dirimiu as dificuldades existentes. Na década de 1980, a Assembleia de Deus na Bahia se aproximou do Partido do Movimento Democrático do Brasil.

A eleição de Gerson Gomes como vereador e deputado estadual exemplifica a trajetória política dos assembleianos: um fator que ligou a Assembleia de Deus à política partidária foi a aproximação dos políticos, pela via do assistencialismo, propiciada pelas atividades do Orfanato Evangélico da Assembleia de Deus, fundado em Feira de Santana, em 1950. O terreno da sede própria do orfanato foi uma doação do prefeito Colbert Martins da Silva do Movimento Democrático do Brasil. Conforme Trabuco Silva, “a sistematização da política assistencial foi um passo para a atuação político-partidária. Assim, poderiam dar continuidade ao trabalho assistencial de modo a ter mais autonomia em relação a políticos não evangélicos” (SILVA, 2017, p. 351).

O ex-prefeito de Feira de Santana, Francisco Pinto, fundador do Partido Movimento Democrático do Brasil em nível nacional e na Bahia, era um grande articulador; após a sua cassação voltou como deputado constituinte, ao lado dos deputados assembleianos. Em 1982, Milton Barbosa filiou-se ao PMDB e em 1986 foi eleito deputado Constituinte, o voto dos irmãos assembleianos, e de outros evangélicos, já era suficiente para eleger candidatos de sua denominação religiosa que defendessem seus princípios e propostas. O pastor deputado participou das Comissões de Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e da Subcomissão da Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais (CPDOC, 2009).

A participação do pastor Milton Barbosa na Constituinte foi avaliada pelo DIAP como “péssima”, com nota 3,75. Votou contra a reforma agrária e favorável a ampliação do mandato do Presidente Sarney para 5 anos (DIAP, p.126). Em agosto de 1988, o *Jornal do Brasil* denunciou que os constituintes evangélicos estavam fazendo barganhas com o Governo Federal para ampliação do mandato de Sarney. O deputado batista Edésio Frias do PDT do Rio de Janeiro, em contundente discurso acusou os evangélicos de fisiologismo e o pivô da denúncia foi o deputado Milton Barbosa acusado de desviar verbas da Fundação Educar para a sua igreja:

Em troca do apoio às posições do governo na Constituinte, o deputado Milton Barbosa (PMDB - BA) indicou o coordenador na Bahia da Fundação Educar (ex-Mobral), Raimundo Orrico, no ano passado. Orrico foi demitido do cargo, depois de conceder uma verba de Cz\$ 100 milhões à igreja Assembléia de Deus, de Salvador, da qual o deputado é um dos membros (BRASIL, 1988, p. 12556).

Edesio Frias também era um parlamentar evangélico vinculado à Denominação Batista e criticou como a Confederação Evangélica do Brasil, que havia sido dissolvida pelo Golpe de 1964 foi reativada e servia de fachada para interesses escusos de políticos evangélicos, em troca da proposta de 5 anos de mandato do Presidente Sarney. Na Câmara, Frias votou a favor de temas relacionado à estabilidade de empregos, legalização do aborto, da jornada de trabalho de 40 horas semanais, do turno ininterrupto de seis horas diárias de trabalho, da adoção do voto facultativo aos 16 anos de idade, da manutenção do sistema presidencialista e da criação de um fundo de apoio para reforma agrária. Posicionou-se contra a proposta de mandato de 5 anos do então presidente Sarney, a pena de morte e a pluralidade sindical (DIAP, 1988).

O deputado Frias lamentou em seu discurso o uso da Confederação Evangélica do Brasil pelos parlamentares evangélicos fisiologistas. No seu pronunciamento, o deputado Milton Barbosa explicou que era uma agremiação voluntária e nenhuma igreja estava obrigada a participar (BRASIL, 1988, p. 12565).

A Confederação Evangélica do Brasil esvaziou-se. Em junho de 1987, um grupo de constituintes evangélicos decidiu ressuscitar a Confederação. A nova diretoria tomou posse na presença de políticos governistas não-evangélicos. A nova Confederação Evangélica do Brasil, de maioria pentecostal e repudiada por várias igrejas, recebeu significativas doações do governo Sarney. Não era nem um espectro da antiga: seguindo a tendência da Teologia da Prosperidade, era em tudo o seu oposto, a sua negação, a começar pela existência da bancada evangélica que a recriou. (SILVA, 2010).

Outros constituintes evangélicos, que não pactuavam do fisiologismo dos demais protestantes, lamentaram como o “Evangelho estava sendo enlameado”, o opositorista Lysâneas Maciel afirmou: “É terrivelmente constrangedor saber que evangélicos estão envolvidos em escândalos, criticou o deputado protestante Lysâneas Maciel (PDT - RJ)” (BRASIL, 1988, p. 12556). Maciel foi um opositorista histórico que manteve a ética e não se corrompeu desde a Ditadura. O reverendo João Dias de Araújo, em plena Ditadura Militar, reconheceu sua atuação: “cristãos evangélicos e líderes como Lysâneas Maciel e grupos protestantes de vanguarda já tomaram a sua decisão de ficarem ao lado do povo e lutar pelos direitos humanos” (ARAÚJO, 1977, p.31).

O deputado Lysâneas Maciel fazia parte da Igreja Presbiteriana e compôs juntamente com Celso Dourado o setor ecumênico na década de 1950.

Integrou o grupo dos autênticos do MDB, que havia sido cassado em decorrência de pronunciamentos críticos ao governo. Lysâneas Maciel permaneceu em Genebra, em exílio voluntário, até o decreto da Anistia, em 1979, quando retornou ao Brasil. (COSTA; GAGLIARDI, 2006). Trabalhou no Conselho Mundial de Igrejas, órgão criado pelos protestantes ecumênicos no pós-guerra, sediado em Genebra, Suíça.

O Jornal do Brasil continuou as denúncias contra o fisiologismo dos evangélicos: “Só de verbas federais, os evangélicos já arrancaram cerca de Cz\$ 300 milhões desde que a Constituinte entrou em sua fase decisiva, sem contar mais de 200 milhões ainda em tramitação e outras milionárias dotações no âmbito regional” (BRASIL, 1988, p. 12556). Desde o seu início, a bancada evangélica seguia o clientelismo da política do país. Adriana M. Santos assegura: “este tipo de projeto evangélico se sagrou vencedor porque se inseria no quadro de uma cultura política brasileira, onde o clientelismo e o uso das instituições para conseguir vantagens pessoais (ou do grupo religioso) estavam presentes de forma marcante” (SANTOS, 2017, p. 87).

O deputado Milton Barbosa raramente se pronunciava no plenário da Constituinte, após as acusações da imprensa e de seus pares, também evangélicos, que se sentiram envergonhados pelas denúncias, fez um longo discurso respondendo às acusações, reivindicando-se como seguidor da moral e da dignidade. Assim, iniciou citando a Bíblia sobre os sofrendores da obra de Cristo:

“Perseguidos por minha causa, vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo mal contra vós”. Com tais “palavras de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, se sentia confortado”, pois não passava de injúria as informações contra ele e aos deputados evangélicos. (BRASIL, 1988, p. 12556).

O deputado assembleiano justificou que todas as atividades e emendas parlamentares feitas por ele eram dirigidas para as obras comunitárias e a mentalidade de minoria perseguida que os protestantes construíram contra a religião da maioria aflorou: “a minoria evangélica ainda sofre ataques e perseguições e discriminação odiosas, ainda que sob fundamentos falsos”. Prosseguiu o deputado assembleiano o seu discurso defensivo:

“Por que católicos e espíritas podem obter recursos para colégios, orfanatos, ambulatórios e hospitais católicos ou espíritas? Por que, quanto a eles, não se diz que esta

atividade política é imoral? É imoral o evangélico realizar o serviço social a que o Estado se omite ou que o Estado realiza através de terceiros?" (BRASIL, 1988, p.12556).

Os Evangélicos progressistas vinculados ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, formado também pela Igreja Católica se pronunciaram discordando da prática fisiologista dos deputados evangélica acusados de barganhas. Quando da votação pelo mandato de 5 anos de Sarney, Milton Barbosa votou favorável, bem como os demais 26 deputados. Apenas sete evangélicos votaram contra a emenda:

Benedita da Silva (PT-RJ) Assembléia de Deus; Celso Dourado (PMDB-BA) Presbiteriana; Edésio Frias (PDT-RJ) Batista; José Fernandes (PD-AM) Assembléia de Deus; Lézio Santhler (PMDB-ES) Presbiteriana; Lysâneas Maciel (PDT-RJ) Presbiteriano; Nelson Aguiar (PMDB-ES) Batista (BRASIL, 1988, p. 12559).

Em 1988, o deputado pastor Milton Barbosa filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), aproximando-se do carlismo e do deputado Eraldo Tinoco, batista, também do grupo carlista. Candidatou-se à reeleição no pleito de 1990, obteve apenas a suplência. Exerceu o mandato de 6 de agosto a 5 de outubro de 1992, no lugar de Eraldo Tinoco, nomeado ministro da Educação do governo Collor de Melo (1990-1992), de 23 de março a 4 de abril de 1994. Em 1994 e 1998, candidatou-se à Câmara, pelo PFL, obtendo suplências. Assumiu o mandato em 6 de janeiro de 1999, e entre novembro de 2000 e março de 2002, sendo efetivado na legislatura 1999-2003. Nas eleições de 2002, concorreu à Câmara, elegendo-se representante da Bahia pelo PFL, tomando posse em fevereiro de 2003. (CPDOC/FGV, 2009).

Em 2005, Milton Barbosa transferiu-se para o Partido Social Cristão (PSC) e obteve nova suplência de deputado federal nas eleições de 2006. Foi subsecretário municipal de Articulação, Políticas e Cidadania (2008) em Salvador, no governo de João Henrique Carneiro. Retornou à Câmara em outubro de 2009, substituindo o deputado Sérgio Brito (PSC-BA), licenciado até março de 2010. No mesmo ano, elegeu-se novamente ao cargo de deputado federal, mas ficou na suplência (CPDOC/FGV, 2009).

Quanto ao Partido Social Cristão (PSC), convém destacar que, nos seus estatutos, o cristianismo e a Doutrina Social Cristã aparecem como fundamento programático, “onde o cristianismo, mais do que uma religião,

representa um estado de espírito que não segrega, não exclui, nem discrimina, mas que aceita a todos, independentemente de credo, cor, raça, ideologia, sexo, condição social”. (PARTIDO..., 2018, p. 1). Embora o partido tenha firmado esses compromissos em seu estatuto, o PSC tem sido um partido político controlado pela Assembleia de Deus desde a sua fundação, em 1985, e dirigido por pastores. A infidelidade partidária tem sido uma constante entre os políticos evangélicos, o que demonstra fisiologismo, sem muita consistência ideológica ou programática.

A Comissão Nacional da Verdade foi instituída pela lei 12528, no governo da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Apurou os crimes da Ditadura Militar e contou na sua composição com participantes de órgãos protestantes, a exemplo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), representados nacionalmente pelo reverendo Anivaldo Padilha e na Bahia pelos reverendos Celso Dourado e João Dias de Araújo da Igreja Presbiteriana.

#### **“PARA A GLÓRIA DE DEUS”: DISCURSO EVANGÉLICO E O GOLPE DE 2016**

O contexto político vivenciado pela sociedade brasileira, especialmente na última década (2010-2020), é de acontecimentos bastante controversos. Desse modo, concentramos a nossa abordagem na discussão que coloca em relevo as práticas desenvolvidas por alguns evangélicos de evidente expressão no campo político institucional brasileiro. Pela densidade da interface da religião com político, explicitamos, através da trajetória de alguns agentes, as práticas que refletiram conformidade ou desajustamento com relação às doutrinas das denominações que, de uma forma ou de outra, representavam.

Em 31 de agosto de 2016 consolidava-se o longo, e agonizante, processo de *impeachment* que utilizou de meios legais para executar o plano golpista de deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff. Esse processo não foi apenas um ataque ao Poder Executivo do país que, pela primeira vez na sua história, esteve sob a governabilidade de uma mulher, mas foi uma “bordoadada” na democracia e no direito da população que, majoritariamente, se opunha àquele vitupério. Assim, a mesma democracia que a levou ao Palácio do Planalto mostrou-se inconsistente e frágil para garantir a sua permanência. Era mais um momento da trajetória política do Brasil que as elites, com amplo apoio midiático e jurídico, procuraram demonstrar quem “dá as cartas no jogo”.

Analisamos, neste tópico, os discursos proferidos por parlamentares evangélicos, no processo de *impeachment* que depôs a presidenta Dilma Rousseff. Objetivamos evidenciar as práticas que refletiram conformidade ou desajustamento dos agentes políticos em relação às doutrinas das denominações religiosas que, de uma forma ou de outra, representavam.

Na tumultuada sessão responsável pelo prosseguimento do processo de *impeachment*, em abril de 2016, vários discursos acalorados foram proferidos no Senado Federal, durante a votação. Dos 513 deputados Federais existentes no Congresso Nacional, dois faltaram<sup>1</sup> e sete se abstiveram. Assim, o processo teve como resultado 367 votos a favor e 137 contrários. (CONGRESSO..., 2016). Foram dissonantes vozes evangélicas no processo de *impeachment* na sociedade brasileira. Evangélicos discordantes, contrários ao golpe contra a presidenta Rousseff organizaram a *Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito*, liderada pelo pastor Ariovaldo Ramos (DORNELLES, 2019).

### **FORMAÇÃO e Atuação Política de Erivelton Lima Santana**

Natural de Salvador-BA, Erivelton Lima Santana desempenhou como profissão as funções de assessor e auxiliar administrativo. Além desses ofícios profissionais, Erivelton exerceu o cargo de pastor da Denominação Assembleia de Deus na capital baiana entre os anos de 2001 a 2003 (BRASÍLIA, 2020). Com formação superior incompleta no curso de Licenciatura em História pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Católica de Salvador-BA, Erivelton Santana iniciou, efetivamente, a sua carreira política a partir das eleições municipais de 2004, vinculado ao Partido Social Cristão (PSC). Eleito nesse pleito, tornou-se vereador entre 2005 a 2008, sendo reeleito ao mesmo cargo, no qual exerceu o mandato por apenas um ano, pois decidiu interromper o exercício político devido às intenções de candidatura a outro cargo no pleito de 2010.

Eleito por dois mandatos consecutivos, ocupou cadeira na Câmara dos Deputados entre os anos de 2011 a 2014 e 2015 a 2018. Toda a trajetória política de Erivelton Santana, até o período indicado, foi como integrante do Partido Social Cristão. Em todos os cargos pleiteados contou com apoio direto de lideranças e fiéis da Assembleia de Deus. Segundo as informações do *site* da Câmara Municipal de Salvador, o que conferiu êxito nas candidaturas de Erivelton Santana como vereador, na capital baiana, foi o fato de ter sido o

---

<sup>1</sup> Clarissa Garotinho (PR - RJ), por motivo de gravidez e Anibal Gomes (PMDB - CE), devido a operação na coluna.

representante oficial da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no legislativo da cidade. (SALVADOR, 2020)

A trajetória de Erivelton Santana, embora não esteja nos registros oficiais da Câmara Municipal de Salvador, se assemelha ao percurso desenvolvido pelo seu irmão, Eliel Santana. Este iniciou a sua trajetória política quando obteve êxito nas eleições municipais de 1992, reelegendo-se ao mesmo cargo de vereador em 1996 na capital baiana. Afastou-se da função no ano de 1998 para concorrer ao cargo de deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), com declarado apoio da Assembleia de Deus, no qual conseguiu eleger-se. (SANTOS, 2017). Esses dados são importantes para compreender que, além do apoio da AD, Erivelton Santana, provavelmente, se beneficiou do capital político acumulado por seu irmão, respaldando, de algum modo, a sua candidatura.

Erivelton Santana, assim como seu irmão, defendeu projetos ligados aos interesses dos evangélicos como, por exemplo, “proposições que incentiva[vam] a construção e manutenção de templos religiosos” (SALVADOR, 2020). Com o mesmo objetivo de defesa dos princípios e valores “cristãos”, o deputado federal, em 2014, propôs um Projeto de Lei (PL 7180/2014) referente à *Escola sem Partido*. Em vídeo, publicado pelo seu canal no *Youtube*, em 06 de novembro de 2017, Erivelton Santana declarou:

A apologia ao crime de pedofilia e ideologia de gênero promovidas pela agenda nefasta de destruição da família devem ser combatidas no campo da ação e requer de nós uma atitude. Desde 2014, tramita na Câmara um Projeto de Lei chamado Escola sem Partido número 7180, de nossa autoria, que visa barrar a doutrinação nas escolas. Assine a petição eletrônica, exigindo do Congresso a sua imediata aprovação e ajude a proteger o nosso futuro. (PETIÇÃO..., 2017).

É preciso considerar que o Projeto de Lei proposto pelo deputado Erivelton Santana se configura como uma nítida ameaça a qualquer programa de ensino que tenha como princípio a emancipação e autonomia de sujeitos por meio da educação (PENA, 2016).

Por conseguinte, identificamos que a atuação política do deputado federal Erivelton Santana, no contexto da orquestração do golpe de 2016, esteve embasada numa concepção moralista, conservadora e reacionária. Na sessão deliberativa extraordinária, ocorrida em 17 de abril de 2016, foi

autorizada a “abertura de processo contra a presidente da República, por crime de responsabilidade” (SENADO FEDERAL, 2016, p. 1). Durante essa plenária, Erivelton Santana (PSC) proferiu o seguinte discurso: “Presidente, pelo resgate da esperança do povo brasileiro, pela reconstrução do nosso país, mas, sobretudo, em defesa da vida, da família e da fé, voto “sim”. (ATA ..., 2016, p. 283).

Do discurso do deputado Santana, é possível inferir que o voto favorável ao processo de *impeachment*, àquele momento, sobrepujava uma verdadeira intenção de julgamento do suposto crime cometido pela presidenta Dilma Rousseff. O seu voto como possibilidade de “resgate da esperança do povo brasileiro”, significava para o deputado Erivelton Santana, assim como para os outros parlamentares que votaram favoráveis à impugnação, o afastamento do Partido dos Trabalhadores (PT) do governo, pois, com a contribuição da mídia, se construiu a ideia de que o PT seria o principal responsável pela corrupção que o país atravessava.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) identificou, nas eleições de 2014, 82 deputados compondo a bancada evangélica (BANCADA...,2014) É relevante salientar que, dos 82 parlamentares, 28 pertenciam à denominação Assembleia de Deus. Entre os discursos proferidos pelos parlamentares, os temas mais recorrentes como justificativa de aprovação ao golpe foram “família”, pronunciada por 12 vezes; “Brasil”, “brasileiros” e/ou “nação”, evocados 15 vezes; “Deus”, destacado em 5 momentos; “evangélicos”, “cristãos”, “assembleianos”, declarado em 8 oportunidades no total, bem como “corrupção”; “vida” em 3 momentos; “eleitor” e “fé”, uma vez cada uma (ATA..., 2016, p. 198).

Diante dos termos destacados é possível identificar como os discursos a favor do golpe buscaram representar os interesses das denominações a que estavam vinculados os parlamentares. O congressista Paulo Roberto Freire da Costa<sup>2</sup> (PL), por exemplo, no seu pronunciamento chegou a declarar: “[...] em respeito e fidelidade ao meu povo assembleiano, que me trouxe para este Parlamento —, o meu voto é “sim”, Sr. Presidente. (*Palmas.*)” (ATA..., 2016, p. 198).

---

<sup>2</sup> Nas eleições de 2014, o deputado foi eleito, por São Paulo, para o seu segundo mandato. Além do cargo político, também está à frente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Campinas, Ministério Belém. Freire é filho do ex-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), Pastor José Wellington Bezerra da Costa.

## FORMAÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA DE BENEDITA DA SILVA

Natural do Rio de Janeiro, Benedita Souza da Silva Santos é uma política feminista e ativista do Movimento Negro. Sua carreira política tem como marco o ano de 1982, quando foi eleita vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com 7.778 votos, propagando o *slogan* “negra, mulher e favelada”, com o qual afirmava suas origens populares e levantava a bandeira de luta contra as discriminações racial, de gênero e social” (CENTRO...,2009). Em 1986 tornou-se a primeira mulher negra eleita como deputada federal, com 27.600 votos, reelegendo-se ao mesmo cargo no pleito de 1990, também pelo PT, com 53.293 votos (quase o dobro da candidatura anterior) (SCOTTO, 1994). Em 1994, Benedita da Silva candidatou-se ao cargo de Senadora (PT-RJ), no qual obteve expressiva votação: 2.249.861 votos (22,7% do total), ocupando o primeiro lugar da vaga disputada (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

Benedita da Silva converteu-se ao pentecostalismo no ano de 1968, tornando-se, desde então, membra ativa da Igreja Assembleia de Deus do Leblon. De acordo com Zózimo Trabuco (2016), conciliar a sua prática religiosa com a militância política no Partido dos Trabalhadores foi um dos desafios vivenciados pela ativista. A despeito das aparentes incongruências que pudessem existir entre a militância política de esquerda e a doutrina evangélica, Benedita da Silva se manteve firme em ambas convicções.

Apesar da maioria da bancada evangélica ter pronunciado um retumbante “sim” ao afastamento da presidenta Dilma, a parlamentar Benedita da Silva (PT), se posicionou contra emitindo o seguinte discurso:

Sr. Presidente, em nome da Constituição a que eu me comprometi em cumprir, em nome do respeito a ela, em nome dos pobres e necessitados deste País, em respeito aos 54 milhões de votos concedidos pelo povo brasileiro à presidenta Dilma, em nome dos que ainda têm fome e sede de justiça, entendendo que o reino dividido não prospera, eu quero dizer “não” ao golpe (*Palmas.*) (ATA..., 2016, p. 223).

Como é possível notar, a parlamentar Benedita da Silva tinha plena convicção de que as razões da sessão na Câmara, àquela ocasião, se tratava de uma articulação arbitrária do Legislativo para retirar a presidenta eleita democraticamente pela parcela majoritária da população brasileira. Assim como o deputado Erivelton Santana fez menção em seu discurso à “defesa da

fé”, demonstrando suas convicções e indicando a sua crença, a deputada federal Benedita da Silva, demarcou em seu discurso a sua fé quando fez referência a expressões bíblicas como “em nome dos que têm fome e sede de justiça” e “entendendo que o reino dividido não prospera”.

Desse modo, compreendemos que as representações e práticas dos evangélicos não são homogêneas. Torna-se, portanto, equivocado afirmar categoricamente que “os evangélicos” têm uma determinada posição sobre um assunto, pois essa generalização ofusca a complexidade e contradições internas das diversas instituições religiosas do campo protestante. Enquanto no discurso do parlamentar Erivelton Santana (PSC) se procurou destacar o moralismo e o conservadorismo evidentes na denominação Assembleia de Deus, justificando de modo positivo o seu voto, Benedita da Silva, também evangélica, se apropria dos textos bíblicos como base de sustentação do seu protesto. O voto de Benedita, representou toda a sua militância em favor dos trabalhadores, pois compreendia que o golpe que estava em curso, comprometeria a população mais vulnerável.

O processo de *impeachment* foi concluído no dia 31 de agosto de 2016. Foram 20 votos contra e 61 a favor do afastamento da Presidenta Dilma Rousseff (GARCIA Et al., 2016) por um suposto crime de “pedaladas fiscais” que, vale ressaltar, demonstrou ser um motivo secundário segundo os discursos proferidos pelos parlamentares na Sessão Plenária do *impeachment*. Este recente e turbulento evento histórico da política brasileira, se configura como um dos principais acontecimentos que impactaram o país nos últimos anos. Convém reiterar que o processo que executou o golpe responsável por atacar a democracia brasileira teve largo apoio da bancada evangélica.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um acelerado crescimento quantitativo, as comunidades protestantes, especialmente as pentecostais, tornaram-se atraentes nichos políticos, disputadas por diversas agremiações partidárias. As projeções para o censo de 2020 é a manutenção dessa tendência ascendente, com um percentual de evangélicos já ultrapassando o quantitativo de seguidores do catolicismo na sociedade brasileira nos primeiros anos da década que se inicia.

Evangélicos progressistas, um setor protestante ecumênico formado por presbiterianos, metodistas, congregacionais, anglicanos, batistas e luteranos criou em 2016, um grupo de oposição designado como *Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, defendendo a democracia contra a cassação do mandato da presidenta Dilma Rousseff. Não há unanimidade entre as diversas denominações do protestantismo brasileiro, representam diferentes perspectivas e discursos políticos no amplo espectro religioso e político do País.

---

## REFERÊNCIAS

### Fontes

Bancada evangélica: Diap já identificou 82 deputados federais. *Sul21*, 13 out. 2014. Disponível em:

<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2014/10/bancada-evangelica-diap-ja-identificou-82-deputados-federais/>.

Acesso em: 26 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 291, de 12 de agosto de 1988. Institui a Assembleia Nacional Constituinte. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 2, n.291, p.12535-12589, 12 ago. 1988.

BRASIL, Anuário Estatístico do. *Estatística do Culto Protestante no Brasil*. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Rio de Janeiro. 1960.

BRASÍLIA. Ata da sessão deliberativa 091.2.55.O, 14 de abril de 2016. p. 329. Denúncia por crime de Responsabilidade nº1, 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 abr. 2016.

BRASÍLIA. Erivelton Santana- Biografia. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/99654/biografia>. Acesso em: 26 nov. 2020.

BRASÍLIA. Relatório da sentença, 31 de agosto de 2016. Sentença do Impeachment. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 1-7, 31 ago. 2016.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Milton João Soares Bardosa-verbete. Rio de Janeiro: CPDOC; FGV, 2009 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/milton-joao-soares-barbosa>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Celso Dourado-verbete. Rio de Janeiro: CPDOC; FGV, 2009 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-loula-dourado>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Benedita da Silva.

Rio de Janeiro: CPDOC; FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedita-sousa-da-silva>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CONGRESSO vota pelo prosseguimento do processo de impeachment. Brasília, 18 abr.2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/congresso-vota-pelo-prosseguimento-do-processo-de-impeachment.html>. Acesso em: 26 nov. 2020.

CESAR, Waldo. *Oração pelo Voto*. In: Revista Cruz de Malta. São Bernardo do Campo: Igreja Metodista, 1954, p.43.

DOURADO. Celso. [Entrevista cedida a]: Elizete da Silva. Salvador, 14 mar. 2007.

DORNELLES, Augusto Amaro. *Há uma Frente Evangélica pelo Estado de Direito. Nem todo evangélico é de direita*. Diálogos do Sul. Porto Alegre, 04 nov. 2019. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/61422/ha-uma-frente-evangelica-pelo-estado-de-direito-nem-todo-evangelico-e-de-direita>. Acesso em 26 nov. 2020.

GARCIA, Gustavo. Et al. *Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer Assume*. G1. Brasília – DF, 31 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. Acesso em 26 nov. 2020.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO. Estatuto. Brasília – DF, 07 jun. 2018. Disponível em: [https://www.psc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Estatuto-PSC\\_pdf-2019.pdf](https://www.psc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Estatuto-PSC_pdf-2019.pdf). Acesso em 26 de nov. 2020.

Petição pública contra a doutrinação ideológica nas escolas “Escola sem Partido”. 6 nov. 2017. 1 Vídeo (00:00:30). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=igFbwjsbCV4>. Acesso em: 26 nov. 2020.

ROCHA, Zilton. *Celso dourado, oitentão!*. Celso Dourado 80 anos, 2012. Disponível em: <http://celsodourado80anos.blogspot.com/2012/08/celso-dourado-oitentao.html>. Acesso em: 29 de jan. 2021.

SALVADOR. Erivelton Santana. Salvador. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/vereadores/erivelton-santana>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MENSAGEIRO DA PAZ, 1987, p.12

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Cláudio Roberto dos Santos de. *O Caminho do Senhor: conversão pentecostal e transformação da experiência na periferia de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2005.

ALMEIDA, Vasni. *A Participação Protestante na Assembléia Nacional Constituinte*. Lima: Aler, 2002.

ALMEIDA, Adroaldo S. *Pelo Senhor Marchamos*. Os Evangélicos e a Ditadura militar no Brasil 1964-1985). São Luís: EDUFMA, 2020.

ALMEIDA, Luciane Silva de. *Em defesa do estado laico à revolução enviada por Deus: protestantes históricos e a política no Brasil um breve histórico (1900-1970)*. In: SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (org.). *Os 500 anos da Reforma Protestante no Brasil: um debate histórico e historiográfico*. Curitiba: CRV, 2017, p. 167-189.

ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979.

ARAÚJO, Joao Dias. *Igrejas Protestantes e Estado no Brasil*. In: *Protestantismo e Política no Brasil*. CadernosISER, Rio de Janeiro, n. 7, nov. 1977.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COSTA, Célia; GAGLIARDI, Julianna. *Lysâneas, um autêntico do MDB*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 37, p. 201-212. Jan/jun. 2006.

LEONARD, Emile. *O Iluminismo num Protestantismo de Constituição Recente*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1988.

MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah. *Pela democracia contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à Campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

PENNA, Fernando de Araujo. “Programa Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmen Tereza; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bonfim. *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. *Democracia impedida, autoritarismo liberado*. In: GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia Claudia Santana de Mattos; SALGUEIRO, Wilberth (Orgs.). *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. São Paulo: Pontes Editores, 2019.

SANTOS, Maria do Carmo Souza. “*Quem marcha ao lado de DEUS vence, e por isto haveremos de Vencer!*”: Católicos e Batistas em Jaguaquara – Ba (1950-1970). Dissertação (Mestrado em História) – UEFS, Feira de Santana, 2018.

SANTOS, Adriana Martins dos. *Os neopentecostais: entre o mercado e o planalto*. In: SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (org.). *Os 500 anos da Reforma Protestante no Brasil: um debate histórico e historiográfico*, Curitiba: Editora CRV, 2017, p. 295-320.

SHAULL, Richard. *O Cristianismo e a Revolução Social*. São Paulo: UCEB, 1953.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo e política na Bahia: vocação e pragmatismo, fazer política para a glória de Deus*. In: Revista Perspectiva Histórica, Salvador, v. 1, n. 1, p. 30-46, 2011.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS, 2010.

SILVA, Igor José Trabuco. *Meu reino Não é Deste mundo: a Assembleia de Deus e a política em Feira de Santana (1972-1990)*, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

WRIGHT, Delora Jan. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.